



Valor Econômico – 06/AUG/2003

Mudança nas regras do setor elétrico acentua "stress", diz Pedro Parente

Roberto Rockmann e Christiane Martinez, De São Paulo.

O setor elétrico vive hoje um momento de grande "stress", em que problemas de curto prazo, como financiamento e caixa em baixa, superam o horizonte de longo prazo. Mudar radicalmente o modelo agora é gerar mais incerteza. A opinião é do ex-ministro da Casa Civil e coordenador da Câmara de Gestão da Crise de Energia, Pedro Parente.

"Não acho que seria necessária uma mudança de modelo. Seria a terceira em 10 anos", afirmou Parente, que esteve presente ontem no 5 Enercon. "Os leilões criados no governo passado visavam a dar modicidade tarifária e sinal de mercado." Vista como radical, a mudança do modelo traz uma grande novidade: a geração deixa de ser regime de competição e passa a ser concessão de serviço público. Aí surgem algumas dúvidas. "O modelo tende à sobre capacidade, isso terá um custo, que terá de ser repassado. Além disso, é preciso que agentes privados e estatais tenham isonomia para competirem no segmento."

Apesar disso, Parente - que hoje é vice-presidente executivo da RBS - frisou que a discussão está no início e que ainda há muito o que fazer na elaboração do novo modelo para o setor. Parente também destacou que o governo precisa solucionar os problemas de curto prazo, em especial a situação financeira das distribuidoras. "Se o curto prazo não for resolvido, a discussão de médio e longo prazo ficará contaminada."

"É preciso reduzir o sufoco das distribuidoras e as tarifas", afirmou. A solução para essas questões é difícil, porque os consumidores reclamam das altas de tarifas, os acionistas, da baixa remuneração, e o contribuinte já enfrenta problemas com a carga tributária. Parente avalia que o governo deverá enviar as novas regras do segmento ao Congresso por meio de projeto de lei. Se o processo fosse feito por Medida Provisória poderia gerar ainda mais incertezas aos investidores. O histórico de aprovações de MPs para o setor é desfavorável. Até aprová-las mudanças e acréscimos são feitos, o que acaba gerando distorções.

Dependerá da pauta do Congresso a velocidade de tramitação que a nova regulação do segmento terá. "Difícil seria prever a discussão sem as reformas em pauta, agora fica ainda mais complicado fazer previsões", afirmou. O governo já anunciou que só colocará em votação a reforma do setor elétrico quando as discussões tributária e previdenciária estiverem definidas.

O setor elétrico está preocupado com a tramitação da reforma tributária e teme que sua aprovação possa implicar um aumento da carga de impostos presentes no segmento. O relatório sobre a reforma deve ser entregue em Brasília na próxima semana. Até lá, o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales, espera que alguns pontos sejam eliminados.

"Chegamos a ver em alguns relatórios pontos que podem implicar aumento da carga, que atualmente já é muito elevada", afirmou Sales. Segundo ele, um relatório abria possibilidade para que as assembleias legislativas de cada Estado pudessem elevar em até cinco pontos percentuais o ICMS de energia elétrica. Outra possibilidade aberta seria o ICMS ser elevado em cinco pontos percentuais durante três anos.

Hoje o setor é um dos que mais têm impostos em sua estrutura. Enquanto no Reino Unido perto de 5% é baseado em tributos, no Brasil esse percentual chega quase a 40%. Apesar das críticas dos empresários sobre a estrutura de impostos, dificilmente eles ganharão a batalha pela redução de tributos. Primeiro, porque o novo modelo pode representar uma elevação dos encargos setoriais. "Como prevê-se que sejam criadas uma entidade para planejar a expansão do sistema e outra para fiscalizar os contratos a serem assinados, esses custos devem ser baseados em outros encargos", diz Salles.

Segundo, porque o ICMS dos setores administrados, como energia, telefone e combustíveis, é um porto seguro aos Estados em meio à retração econômica. Esses segmentos são responsáveis por uma arrecadação superior a R\$ 40 bilhões anuais.